



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



ESCOLA NAVAL, RIO DE JANEIRO, RJ, 29 DE NOVEMBRO DE 1999

Senhor Ministro de Estado da Defesa, Doutor Élcio Álvares; Senhores Comandantes das Forças aqui presentes; Senhoras e Senhores Estagiários, Oficiais e Alunos das Escolas Militares de Altos Estudos,

Esta é a quinta vez que aqui compareço para tratar de tópicos relativos à segurança e à defesa. E, como fiz das outras vezes, gostaria de prestar alguns esclarecimentos de ordem mais geral a respeito da situação do nosso país e, depois, dedicar-me – desta vez, um pouco mais – às considerações mais diretas sobre as questões de segurança nacional e das nossas Forças.

Como os Senhores sabem, na sociedade atual, muitos pensadores e articulistas nos transmitem a idéia de que a ordem econômica e a ordem política já estão definidas. Eles se referem ao fenômeno da globalização. E, a partir dessas análises, dão a impressão de que todos os países e as pessoas deveriam obedecer às mesmas regras de convívio planetário que seriam definidas pelo mercado e pelas forças políticas e militares, principalmente dos países centrais.

Se fosse assim, ao Brasil restaria apenas aceitar essa realidade, mesmo que isso nos condenasse a sermos inseridos permanentemente em uma situação de sócio de segunda classe.

Não é esse o meu pensamento. É impossível acreditar que um país como o nosso, com o quinto maior território, a oitava economia do mundo e uma das maiores populações do globo pudesse ser apenas espectador da criação dessa nova ordem mundial. Não podemos aceitar a situação de vítima ou de objeto da história, posto que somos atores com direito a ajudar a construir um mundo novo que também reflete os nossos valores e os nossos interesses.

É, portanto, neste contexto que penso que a sociedade brasileira está inserida, com todos os seus componentes e, dentre eles, naturalmente, as nossas Forças Armadas. Temos que partir da posição de que, efetivamente, pertencemos ao mundo, em contraposição à idéia de estarmos isolados. Até porque não podemos imaginar que hoje seja possível uma situação de isolamento.

Mas nessa nossa presença em nível mundial, no contexto em que as questões se colocam com a globalização, não podemos nos afastar, como disse, da idéia de quais sejam os nossos interesses. Temos que dispor de instrumentos para que possamos participar de um mundo onde a concorrência é cada vez mais aguda e requer, da nossa parte, uma visão muito clara também da capacidade que possamos ter de nos inserir com os nossos aliados.

Obviamente, um país como o Brasil, que se junta, no Mercosul, aos seus vizinhos mais próximos e que tem uma expressão no nosso continente sul-americano, há de pensar nesta integração como algo que faz parte desse processo de globalização e que nos ajuda a que possamos dele tirar um proveito para os nossos interesses nacionais.

Obviamente – e isso é um fato reconhecido –, neste novo mundo, temos que entender também que existe um aspecto essencial, que é o do conhecimento, da informação, da tecnologia, e que, nesse aspecto, dificilmente se pode imaginar duas coisas. Primeiro, que haja fronteiras. Temos que ter acesso à tecnologia, acesso à informação. Segundo, a

de que seja possível, de uma maneira isolada, reproduzir os avanços que estão sendo realizados noutras partes.

De alguma forma, há uma espécie de mutirão universal no campo da ciência e da tecnologia. Pode parecer contraditório – e talvez o seja –, mas assim é. Ao mesmo tempo em que temos que participar desse processo, até mesmo no âmbito da informação, precisamos participar desse processo que implica uma integração, temos que definir nele quais são os nossos nichos que nos permitiriam avançar de uma maneira mais consistente na direção dos nossos interesses.

Ora, é portanto a partir dessa visão de um processo novo, mas que não pode ser confundido com um rolo compressor que nos leve a não definir o que nos é peculiar, o que nos é próprio, que temos que considerar todas as questões.

Obviamente, quando nos dirigimos às questões que mais diretamente afetaram e afetam o nosso país, o impacto mais imediato dessa nova situação se dá no plano econômico. Vou, portanto, dedicar alguns minutos da nossa conversa, nesta manhã, a essa questão, para, logo em seguida, passarmos às considerações mais propriamente no que diz respeito às questões de nossa defesa e da segurança.

A ninguém é alheio o fato de que passamos por uma dificuldade imensa com as crises ocorridas recentemente, sobretudo depois que a crise da Rússia afetou, pelo fenômeno que eles passaram a chamar de contágio, um conjunto de economias, notadamente a nossa. Isso nos obrigou a um processo de desvalorização da moeda, que não era alguma coisa que estivesse nos propósitos para o nosso esforço de contenção da inflação, desde o tempo do Plano Real, em 94, que foi um esforço no sentido de evitar que houvesse uma perda do valor relativo da nossa moeda, com todas as dificuldades que isso impunha e com as restrições que essa política também impunha, porque, uma vez que se busque uma política de valorização da moeda, os instrumentos disponíveis para isso são conhecidos. Eles implicam uma política monetária muito apertada; implicam uma política de taxa de juros também muito controlada; e implicam também a necessidade da atração de um fluxo de capitais para garantir as reservas, para que pudéssemos ter um valor da

moeda relativamente estável com relação às moedas- padrão e, basicamente, com relação ao dólar.

Não obstante, com o já referido processo de contágio, depois que aconteceu a crise na Rússia, foi praticamente impossível sustentar esta política. No mês de setembro, como os Senhores sabem, perdemos 22 bilhões de dólares. Perder 22 bilhões de dólares nas reservas em um só mês é uma espécie de furacão ou um terremoto que acontece na economia de qualquer país. Quando se diz “perder 22 bilhões de dólares”, muitas vezes se tem a impressão de que isso significa que o dinheiro foi embora. Não é bem assim. Os 22 bilhões de dólares se transformaram em 22 bilhões, ou 30 ou 40, de reais. É uma troca. O Governo fica com os reais, mas não fica com as reservas em dólar.

Pois bem, resistimos o que foi possível. Os Senhores acompanharam. Até que fomos levados à desvalorização do real, no mês de janeiro, porque, apesar de termos recorrido ao Fundo Monetário Internacional, que deu apoio, o mercado não aceitou que tivéssemos condições de solvabilidade e continuou havendo uma forte especulação contra a moeda nacional. Isso nos levou à desvalorização, que ocorreu no mês de janeiro.

Essa questão alterou profundamente os planos que tínhamos na direção de um crescimento sustentado. Se fizéssemos um retrospecto um pouco maior, veríamos que, na verdade, tínhamos sofrido uma crise, em abril de 95. Depois, a crise do México, quando tentamos reajustar o câmbio, que forçou o Governo a aumentar a taxa de juros. O ano de 96 foi positivo; 97 é, também, positivo: taxa de crescimento, taxa de juros cadentes. Houve crises na Ásia, em outubro de 97. Em janeiro de 98, tínhamos nos recuperado das dificuldades da crise da Ásia. Mas quando chegou setembro de 98, a situação piorou consideravelmente do ponto de vista internacional.

O que mais surpreende é que, quando se olham os fatores internos para explicar o contágio com a Rússia, não havia nada que justificasse. Não havia, como houve na Rússia, um descontrole total do sistema de governo. Não havia, como houve na Rússia, um processo de transformação rápida dos recursos externos que eram fornecidos para socorrê-la em capital privado, que era transferido para o exterior. Não havia a decom-

posição do Estado e, portanto, a incapacidade de coleta de impostos, como houve na Rússia.

Objetivamente, a situação era diferente. Mas vivemos num mundo em que as expectativas se formam a partir de sinais e de manipulações desses sinais. E, às vezes, uma carta interna de um banco que se faz conhecer, uma declaração desafortunada de alguém, no nosso próprio país, que usa palavras que são tabu, talvez sem saber que essas palavras desencadeiam crises, e mais um outro processo dessa natureza e as expectativas se transformam e há fortes mecanismos de especulação.

Pois bem, também é sabido que todos os prognósticos, em janeiro e fevereiro, eram muito pessimistas. Eram muito pessimistas e com base no realismo, porque, efetivamente, a desvalorização foi forte e se esperava uma taxa de inflação correspondente. Poucos casos do mundo ocorreram em que, tendo havido uma desvalorização forte, não tivesse havido também um forte processo inflacionário. No começo deste ano, as expectativas e os cálculos dos analistas, na sua imensa maioria, situavam a taxa de inflação entre 40% e 50% no ano de 99. E se imaginava que houvesse uma redução do ritmo de crescimento econômico entre -3% e -4% do produto interno bruto. Imaginava-se também, por outra parte, que a taxa de juros devesse manter-se elevada, posto que, em janeiro, ela chegou a 45% ao ano na taxa que o Banco Central paga aos bancos.

Isso não ocorreu. Isso não ocorreu porque o Governo atuou e porque restabelecemos a confiança nos mercados internacionais e no mercado local. Para isso, foi fundamental que tivesse existido, como houve, o acordo com o Fundo Monetário Internacional. No que consiste esse acordo?

O Fundo Monetário Internacional é uma instituição, como os Senhores e as Senhoras sabem, criada depois da Segunda Guerra Mundial, junto com o Banco Mundial, mais tarde, com o Bank of International Settlements, da Basileia, para regular o fluxo de comércio e de finanças entre os países em nível internacional.

O Fundo Monetário estava habituado a dar empréstimos aos países – depois de terem sofrido uma crise do tipo da que sofremos, em que ficam, em geral, sem condições de fazer face aos seus compromissos

externos, porque ficam sem reservas – para que estes pudessem honrar seus compromissos. Ou seja, o Fundo entrava para emprestar e para caucionar uma política que deveria restabelecer a saúde financeira, de tal maneira que os fluxos de comércio e os empréstimos externos pudessem ser honrados pelos países. É um mecanismo equilibrador do comércio internacional. Obviamente, tem muito mais preocupação com o comércio internacional e com a continuidade do pagamento do que propriamente com o desenvolvimento dos países que são objeto dos empréstimos.

Travamos uma dura luta em setembro e outubro do ano passado. Se alguns dos Senhores ou das Senhoras prestaram atenção ao que eu disse em setembro, quando ainda era candidato à reeleição, em um encontro no Itamaraty, verão que, ali, defini o que está sendo feito neste ano, antes da existência desse acordo com o Fundo Monetário Internacional.

Qual era o problema? A nossa idéia era a seguinte: o desequilíbrio provocado por esse terremoto financeiro fez com que a dívida interna do Brasil subisse muito. Por quê? Porque a taxa de juros subiu muito para poder fazer frente à especulação. E quando a taxa de juros sobe muito, a dívida interna sobe muito também, porque temos que, ao renovar a dívida, pagar com mais títulos, pagar os juros com mais títulos. Essa dívida já era elevada. E por que essa dívida era elevada? Porque fomos reconhecendo o que, aqui, na linguagem dos economistas, se chama “esqueletos”, ou seja, dívidas de governos anteriores que não eram registradas. Nem todas ainda foram registradas, contabilizadas. Dívidas dos estados, que estavam devedores diante do mercado privado e que o Governo Federal, o Banco Central assumiu essa dívida. Só a dívida dos estados vai a mais de 100 bilhões de dólares, de reais – de dólares, naquela época. Portanto, não são dívidas do Governo Federal. O Governo Federal assumiu a dívida dos Estados. O Governo Federal colocou, de manifesto, que havia dívidas no Governo brasileiro que não estavam reconhecidas.

Mais ainda: o sistema financeiro estava absolutamente esburacado. Daí o Proer – não vou entrar em detalhes –, que foi o mecanismo que permitiu que os bancos não quebrassem. Os banqueiros quebraram,

mas os bancos, não. Não quebrando os bancos, os depositantes dos bancos não quebraram. As empresas não quebraram. Portanto, a economia não quebrou. Essa é a lógica de por que tem que se dar o socorro ao sistema financeiro.

Mas, somado isso tudo, a dívida transformou-se em uma dívida portentosa, à qual, com a taxa de juros elevada, se soma também o pagamento dessa dívida, porque ela se expande enormemente.

Então eu disse, lá em setembro: temos que estabilizar essa dívida como proporção do produto interno bruto, porque, se não estabilizarmos a dívida interna como proporção do produto interno bruto, os credores nacionais e estrangeiros passam a crer que o Brasil não tem capacidade de honrar seus compromissos. E quando eles passam a crer, eles antecipam isso e produzem a crise e quebram o Estado. Então, o compromisso que eu disse que tínhamos que assumir para conosco era de uma política fiscal austera que levasse à estabilização da dívida.

Este ponto foi negociado com o Fundo Monetário Internacional. Ou seja, nos comprometemos àquilo que eu já havia dito que faria antes: no período de um certo número de anos, nós estabilizáramos a nossa dívida como proporção do PIB. Diga-se de passagem que conseguimos isso, neste ano. A dívida não cresceu como proporção do PIB, e ela tende a ser declinante.

Eu me refiro em tudo à dívida interna. Depois falo da externa. A dívida interna, hoje, do Brasil é da ordem de 49% a 50% do PIB. A da Itália é de, mais ou menos, 120%, para se ter uma idéia. Os países europeus, em geral, estão por volta de 70%, 80%, 100%. Um país como os Estados Unidos não se sabe de quanto é, porque, para eles, isso não tem importância porque o dólar tem curso universal e a dívida pode ser infinita. Mas, quando não se vê a proporção dos números, dá a impressão de que 50% do PIB... Não. A verdade é que não se pode deixar crescer exponencialmente, pela razão que eu disse, para que não creiam que não vamos poder pagar.

Isso é o Estado brasileiro. A sociedade brasileira tem um nível de endividamento dos mais baixos. Os particulares devem muito pouco.

O sistema bancário empresta pouco aos particulares. Empresta muito ao setor estatal. E por isso, talvez empreste menos aos particulares.

De qualquer maneira, havia, como há, uma necessidade de se estabilizar a dívida como proporção do PIB. Então, este é um compromisso que não é um compromisso com o Fundo. É com o país, porque ou o país faz isso ou ele não tem condições de ter uma economia saudável.

Um outro ponto pelo qual nos batemos muito, em setembro e outubro, que era contrário à tradição do Fundo Monetário Internacional, é a idéia de que as taxas de juros não podem ser usadas como mecanismo central para garantir o afluxo de capitais e para garantir o controle da inflação. Queríamos margem de liberdade para uma atuação desse tipo. Os senhores assistiram à mudança que houve no Banco Central. Estamos definindo, hoje, como objetivo central da nossa política monetária olhar o nível da inflação. Se o nível da inflação estiver razoável, a taxa de juros não tem que estar lá em cima. Ela pode ser uma taxa de juros, como está sendo, cadente – e deve continuar a cair. Não vamos mais organizar a taxa de juros, portanto, em função da atração de capitais externos, esses capitais voláteis. Até porque, quando se perde 20 bilhões em um mês, se vê que é melhor ter uma política que não fique dependendo desses capitais voláteis. Então, isso foi uma mudança também importante.

A terceira medida importante – talvez, a mais – foi que convocamos as mudanças antes do esgotamento das reservas em dólar. As reservas estiveram, no seu ponto de máxima, em cerca de setenta e poucos bilhões de dólares. Quando elas ficaram entre 40 e 50 bilhões, achei que era o momento adequado para mudar o sistema. Para isso, era preciso que o Fundo Monetário Internacional fizesse o que nunca tinha feito: fazer o que se chama de um fundo de contingência. Explicando melhor: ao invés de emprestar o dinheiro depois que o país perdeu as reservas, emprestar o dinheiro antes de o país perder as reservas. Isso foi feito. Não só o Fundo Monetário, mas o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e 20 bancos centrais dos países mais ricos nos emprestaram 41 bilhões de dólares. Graças a isso, foi possível conter a especulação. Diga-se de passagem, não internalizamos esses empréstimos. Devemos ter tomado metade desse dinheiro emprestado e esta-

mos repagando pontualmente e, às vezes, até pagando mais do que o necessário, para que possamos logo ficar livres de termos essa vinculação direta com empréstimos, que são importantes para garantir a nossa estabilidade.

Portanto, isso foi algo inovador. Não se fez a política tradicional. Com isso, foi possível levar adiante aquilo que sempre foi a minha preocupação maior: ao mesmo tempo em que se controla a inflação, não desarticular as condições de crescimento da economia e, sobretudo, não desarticular os programas que têm efeito sobre a área social (educação, saúde, reforma agrária).

Por essa razão, se é verdade que, em janeiro e fevereiro, era muito pessimista o horizonte, quando chegamos a abril já era claro que tínhamos, pela segunda vez, vencido a inflação. A inflação, hoje, se discute, com algum estardalhaço, se vai ser de 8,2%, 8,3%, 8,4%. No começo do ano, se falava em 40%, 50%. Quando eu era Ministro da Fazenda, era de 30% ao mês. É muito saudável que se discuta – e com a paixão com que se discute – se a inflação é de 8,3% ou 8,4%; se, no ano que vem, vai ser de 6% ou 6,5% ou 5,5%, porque são níveis bastante mais razoáveis e controláveis do processo inflacionário. Não creio que haja muitos casos no mundo – disse aqui – em que uma desvalorização tão grande como a que tivemos tenha tido pouco efeito sobre o nível de preços.

Não obstante o esforço e as condições que estou lhes dizendo quais foram e quais são, nas quais estamos operando, é preciso verificar que ainda há alguns passos a serem dados para que possamos ter maior confiança nos nossos programas de desenvolvimento. O principal deles, no meu modo de entender, é restabelecer um superávit na balança comercial. Conseguimos baixar o nível da taxa de juros – e ela vai continuar baixando. Conseguimos impedir o descontrole inflacionário. Mas tivemos alguns problemas no que diz respeito à produção de superávits na balança comercial. Por quê? O Brasil exporta, mais ou menos, metade de seus produtos. São produtos manufaturados. Esses produtos são exportados, basicamente, para os países da América Latina e para os Estados Unidos. Os Estados Unidos têm sempre barreiras alfandegárias. É o aço, que enfrenta barreira. É a questão do suco de laranja, que

também enfrenta barreiras. Mas, mesmo assim, conseguimos sempre algumas brechas. Só que, na América Latina, os países que são importadores do Brasil entraram em crise maior que a nossa. A Argentina é o principal. Então, diminuiu a capacidade de absorção dos produtos manufaturados brasileiros.

No que diz respeito às *commodities*, o que aconteceu é que os seus preços baixaram cerca de 20%, 25% com relação ao ano anterior. E a única *commodity* que importamos com peso, que é o petróleo, está passando pela terceira crise. Então, foi um conjunto de fatores adversos.

A exportação física aumentou consideravelmente neste ano. Mas o valor dela, não. Por sorte, alguns países estão já se recuperando de suas crises, sobretudo na Ásia, e começam a importar mais os nossos produtos, e as *commodities* estão subindo de preço. O café subiu de preço; o açúcar subiu de preço – tem efeito aqui, porque tem que controlar a inflação. Mas o café subiu de preço. O açúcar subiu de preço. Geralmente, as matérias-primas, tipo cobre, níquel, estão subindo. A celulose subiu de preço. Enfim, as expectativas, portanto, nesse aspecto, são boas.

O único ponto que é preocupante, que continua preocupante é o petróleo, que está em um nível como nunca esteve. E esse é um fator limitante. Também por sorte, para nós, a dependência de importação diminuiu, porque a nossa produção de petróleo saltou, nos últimos cinco anos, de 700 mil barris por dia para 1 milhão e 200 mil. Com os investimentos grandes que estão sendo feitos, esperamos que, num prazo definido, não muito longo, seja possível ficarmos, digamos, mais defendidos da flutuação dos preços do petróleo no mundo.

Por que é tão importante ter esse superávit da balança comercial? Porque ele é um elemento adicional para evitar que haja especulações sobre a moeda nacional, porque, havendo superávit em dólar e não havendo mais a dependência, como disse aqui, do mercado financeiro – hoje, não temos mais nas nossas reservas os capitais de curto prazo, as nossas reservas estão, basicamente, formadas por capitais de investimento direto – então, teremos maiores chances de uma tranquilidade na área econômica.

É de imaginar-se, portanto, que o próximo ano seja mais positivo, pelas razões que acabo de enunciar aqui. Acredito que haverá menos pressões sobre a moeda e menos pressão sobre a inflação.

Também é preciso ressaltar que houve uma continuidade do afluxo de investimento produtivo, direto. Estamos recebendo, em média, por mês, mais de 2 bilhões de dólares. Recebo, diariamente, do Banco Central uma folha que registra os capitais que entram para a produção. Eles entram em níveis interessantes: 10 milhões, 20 milhões, 50 milhões. Não se trata da compra de uma empresa. Trata-se da expansão do setor produtivo.

A taxa de formação bruta de capital fixo, que é o dado mais importante para se ver o potencial de crescimento de um país, está se aproximando de 20%. Quando assumi o Ministério da Fazenda, era de 13%. Nos nossos momentos máximos, chegamos a 23% do PIB. Isso, para um país como o Brasil, é bastante. Um país que já tem uma fase de desenvolvimento como a nossa, um nível desse é bastante. Só para se ter uma idéia, se imaginarmos que temos 1 trilhão de reais de produto interno bruto – temos mais –, isso significa 20%, que nós temos aí 200 bilhões de investimento. Se colocarmos em dólar, que seriam 700 bilhões de dólares, pela desvalorização, isso significa que temos um investimento de cerca de 140 bilhões por ano, neste ano. Se imaginarmos que o capital produtivo direto que vem vindo é da ordem de 25 bilhões, vê-se que, dos 140 bilhões, temos 110 bilhões que são produzidos aqui. Para se ter uma idéia do que é a proporção, porque, muitas vezes, sem essas proporções têm-se impressões falsas sobre o que é o crescimento no Brasil.

Pois bem, de qualquer maneira, acredito que é muito importante, porque para o Brasil entrar, efetivamente, nesse próximo século com uma maneira mais firme precisamos não só aprofundar a questão do Mercosul, pelas razões que disse no início, do nosso relacionamento com o sistema internacional – quanto mais pudermos ter uma organização aqui que nos dê força nas negociações internacionais, melhor –, mas precisamos prosseguir na política que mencionei, que é a de manter os orçamentos equilibrados. E isso implica, neste momento, não mais apenas, como já descrevi, os mecanismos monetários, etc., mas implica também um

aprofundamento de um conjunto de reformas que são conhecidas, a maior parte das quais tem avançado, e avançado bastante.

Hoje, não temos dúvida nenhuma de que o Congresso aprovou o essencial. Falta aprovar a Lei de Responsabilidade Fiscal, que está em debate na Câmara. Aprovou, no que diz respeito ao INSS, uma reforma que resolve, no médio prazo, a questão do déficit da Previdência, porque o estabiliza e, depois, será decrescente, com essa questão do fator previdenciário. Estamos avançando na reforma tributária, que é alguma coisa importante, não por questões fiscais, mas por questões da economia, para desonerar a produção. Por mais que haja ziguezagues – e sempre os há – nas negociações dessa importância e dessa magnitude, o Congresso dará alguns passos. Os que não estão habituados às lides congressuais podem se assustar com as formas muitas vezes imprevistas que as decisões tomam. Mas a verdade é que a reforma tributária diz respeito a algo central, porque diz respeito à Federação e ao próprio Estado. Não podemos, simplesmente, apoiar uma reforma sem ter muita certeza de suas consequências porque podem ser desastrosas para o financiamento da União e para a distribuição de recursos entre os estados e a União. Por consequência, é natural que haja um momento de tensão e que se discuta com profundidade. Mais vale ter uma discussão séria, mesmo que haja embates e crises, do que tomar decisões que possam ameaçar a estabilidade financeira do Estado no futuro.

Estamos finalizando algumas negociações, como os senhores sabem, a respeito da Previdência pública. Mas, em termos gerais, as reformas, que têm sido uma constante, porque são necessárias para o país, têm avançado razoavelmente. Quando se olha pelas expectativas dos mercados, eles sempre porão o sarrafo mais alto para darmos o salto. Acho que não devemos ficar obcecados com as apreciações do chamado mercado, porque esse mercado de que se fala é, geralmente, só o financeiro. E ele está sempre colocando obstáculos maiores. A cada passo que se dá, pede mais. E temos que ver o que nos interessa.

Posso lhes dizer que avançamos razoavelmente nesse processo de reformas, de tal maneira que acredito que, agora, devamos, realmente, nos concentrar no Plano Plurianual de Investimentos, no Avança Brasil

e retomar um ritmo de crescimento que seja compatível com as necessidades da nossa população.

Se bem é verdade que não retrocedemos ao nível que se esperava, no começo do ano, de 3, 4 pontos negativos, também é verdade que a taxa de crescimento vai ser entre 0 e 1. Portanto, é insatisfatória. É óbvio que, olhando do ângulo da crise, foi razoavelmente boa a *performance*. Mas olhando do ângulo das necessidades, está muito aquém do que precisamos.

Nesse aspecto, acredito que, mantida a política de queda crescente da taxa de juros, vamos ter, realmente, uma retomada mais firme – e já estamos tendo – de crescimento. Os senhores sabem que todas as previsões, assim como foram erradas as pessimistas no decorrer deste ano, ninguém tem certeza sobre o que vai acontecer no decorrer do próximo ano. Mas temos condições melhores para enfrentar o próximo ano do que as que tivemos para enfrentar o ano em curso. E mais: dispomos de um projeto nacional de desenvolvimento.

Os que se derem ao trabalho de ler o Plano Plurianual, chamado Avança Brasil, de examinar aquele esforço de centenas de pessoas, não só do Governo, mas de fora do Governo, verão que ali existe um projeto nacional de desenvolvimento, no sentido mais forte da palavra. No sentido da palavra, num país que é democrático, que tem ampla liberdade e onde, portanto, o Estado é apenas uma parte da nação e, portanto, onde as decisões não dependem apenas do governo, mas dependem da sociedade. Não obstante, o plano nacional de desenvolvimento, o PPA, mostra qual é a parte do Estado e o que pode ser feito pela sociedade.

Tive sempre uma preocupação quase obsessiva no sentido de imaginar o Brasil inserido na América do Sul. Toda a nossa política energética está orientada nessa direção. Hoje, somos um país que está acomodado no seu espaço geográfico. Importamos petróleo da Argentina e da Venezuela, gás da Bolívia, energia elétrica da Venezuela, energia elétrica do Paraguai.

Enfim, a nossa matriz energética é um pouco como a Europa fez, porque organizou sua matriz energética em nível europeu. Nós organizamos nossa matriz energética em nível sul-americano. Ou seja, não

temos, agora, a obsessão da autarquia. Temos a obsessão da integração. Mas somos os únicos compradores – posição de monoopçônicos, como se diz em “economês”. Ou seja, a força é nossa nessa matéria, porque é só para nós que podem vender. Não têm outro. O gás só pode ser para nós. A eletricidade só pode ser para nós. O que não quer dizer que devamos nos comportar com os nossos vizinhos com uma maneira distinta da maneira da cooperação. A integração é fundamental, com espírito de cooperação.

Mas existe uma política por trás disso. Uma política de integração da América do Sul, pela razão que comecei a lhes dizer, porque ou temos cartas ou no mundo, que é globalizado, ficamos mais vulneráveis, por não dispormos de uma integração e de um mercado, de uma capacidade de manobra mais ampla.

Mais ainda: nesse projeto nacional, que é integrador, acredito que as questões centrais não são mais apenas os investimentos nas áreas produtivas. São nas áreas de produção do capital humano: educação, fundamentalmente, e, naturalmente, saúde e, naturalmente, democratização, incluindo nisso o acesso à terra, que é um problema do século passado que não foi resolvido. Mas a educação é central. Se nós, hoje, podemos nos dispor, como disse aqui, a uma posição em que almejamos uma parceria no mundo que nos faça não apenas sujeitos dessa globalização, mas capazes de influenciar, é porque dispomos de algum capital tecnológico que nos dá acesso a uma produção mais avançada.

Se olharmos para o que está acontecendo – e por isso me referi ao fluxo de investimento produtivo direto – neste país, veremos que é graças ao esforço anterior e permanente da organização do capital humano que, hoje, dispomos de capacidade certa, capacidade tecnológica.

Hoje, estamos avançados em tecnologia de pesquisa de petróleo em águas profundas. Estamos sendo capazes de mandar satélites, estamos fazendo veículos lançadores. Estamos desenvolvendo – e as Forças Armadas têm um papel decisivo nisso – tecnologia própria na questão da aceleração nuclear.

Temos a Embrapa, que tem feito revoluções sobre revoluções na questão do desenvolvimento agrícola. Temos química fina. E isso por